

Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1564 | 1º a 6 de abril de 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

BANQUEIROS QUEREM A “NOVA PREVIDÊNCIA” PARA LUCRAR AINDA MAIS



Os presidentes do Itaú, Bradesco e Santander vêm fazendo defesa da PEC da Previdência já pensando no sistema de capitalização **(pág. 7)**



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, fala sobre a importância do processo negocial para construir uma proposta para a Cassi **(pág.2)**

Artigo

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO NEGOCIAL NA NOVA PROPOSTA DA CASSI

Os representantes do Banco do Brasil apresentaram no último dia 27/3 sua proposta final sobre custeio e governança da Cassi para a mesa unitária de negociações (composta por sindicatos, Contraf e associações como ANABB e AFBB). A proposta é o resultado de vários meses de negociação, assessorada pelos dirigentes eleitos da Cassi, que fizeram inúmeras projeções e cálculos atuariais visando a sustentabilidade do nosso plano de saúde. As entidades de representação dos trabalhadores avaliaram que a proposta trouxe significativos avanços em relação àquela rejeitada pelos associados na consulta de 2018.

O processo de negociação foi bastante intenso com muitas mesas de negociação com debates técnicos, projeções e simulações utilizando os sistemas e apoio das áreas técnicas da Cassi. O primeiro diferencial dessa nova proposta é que dessa vez tivemos um processo negocial. A proposta rejeitada pelos trabalhadores no ano passado foi criada exclusivamente pelo banco, que quis nos tirar direitos estatutários empurrando uma proposta sem qualquer negociação com os sindicatos.

Abrindo-se o processo negocial, nos reunimos, discutimos, ponderamos e avançamos para que a proposta atual fosse melhor financeiramente para a grande maioria dos associados e desse mais segurança na governança. A proposta mantém a forma de custeio do plano (60%/40%), mas vai inserir a cobrança por dependente por percentual de salário, beneficiando mais quem ganha menos. Entretanto, os valores a serem cobrados pelos dependentes têm valor bem inferior ao que se pratica atualmente no mercado, com piso de R\$ 50,00 e teto de R\$ 300,00, sem levar em conta a idade do dependente.

Além disso, o percentual e reajuste vinculados ao salário traz mais segurança aos associados do que o reajuste pela inflação médica. A proposta não altera o modelo de governança no Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria. Considerando todos esses avanços, as entidades defendem a proposta.

Tudo isso valoriza a mesa de negociação. Quando os sindicatos foram para a mesa, e puderam construir conjuntamente uma proposta, nós conseguimos a efetiva proteção dos direitos associativos e no custeio conseguimos fazer discussões para efetivamente manter o nosso plano, resguardando-o e mantendo ainda as obrigações do Banco do Brasil. Além disso, o processo negocial garantiu a não adoção do voto de minerva e a não intervenção de agentes externos de mercado na Cassi, que não teriam qualquer compromisso com o funcionalismo do banco.

É importante preservar o futuro e a sustentabilidade da Cassi, num momento em que o governo toma medidas drásticas contra a classe trabalhadora, como a privatização de várias empresas públicas, o aprofundamento da reforma trabalhista com corte de direitos, a proposta de destruição da Previdência Social, o corte de verbas para educação e saúde públicas. Num cenário tão adverso, conseguimos construir uma proposta com avanços, garantindo direitos históricos dos associados, possível de ser apresentada ao Corpo Social. Sigamos na defesa da nossa Cassi, da nossa Previ e do Banco do Brasil como empresa pública e como agente de desenvolvimento social.



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 – 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

REUNIÃO COM PRESIDENTE DO BANCO FRUSTRA EMPREGADOS

A Contraf-CUT se reuniu na terça-feira (26/3) com o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e com os vice-presidentes de Gestão de Pessoas, Roney de Oliveira Granemann, e de Clientes, Negócios e Transformação Digital, Válder Gonçalves Nunes.

Um dos assuntos tratados foi com relação à privatização do banco. O presidente da Caixa afirmou que a decisão de abrir o capital é do governo e que ele apenas está executando. Assim, o banco vai repassar para a iniciativa privada as áreas de maior rentabilidade, como a de cartões, a de seguros e a de loterias. Os representantes dos empregados deixaram claro que defendem a Caixa 100% Pública. Seja a venda ou abertura de capital, ambas são prejudiciais, pois o foco passa a ser o lucro e não o papel social.

CONTRATAÇÕES, MAS COM NOVO PDVE – A contratação de mais empregados também esteve em pauta, a começar pelos aprovados no concurso público de 2014. Entretanto, o banco só deve contratar novos empregados após a realização de um novo Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). A sobrecarga de trabalho é cada vez maior e isso gera estafa e o adoecimento dos trabalhadores, cau-

“Cobramos do presidente do banco a valorização da mesa de negociações permanente. Sem isso, não há respeito aos empregados que passam a ser apenas espectadores da gestão, que muda sua vida sem poder intervir e muitas vezes causando desinformação e pânico. Nós empregados, que construímos a Caixa, não aceitaremos a abertura de capital e nos manteremos firmes na luta pela Caixa 100% Pública e na defesa dos nossos direitos historicamente conquistados”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae



sando ainda mais problemas no quadro de empregados e, conseqüentemente, no atendimento aos clientes.

Ainda na questão de pessoal, a Contraf-CUT cobrou que haja critérios claros e objetivos para as promoções e descomissionamento de empregados.

OUTRAS DEMANDAS – Nos termos da cláusula 48, parágrafo segundo, no ACT 2018/202, a Caixa se comprometeu a discutir quaisquer “impactos na vida funcional dos empregados, decorrentes da implantação de novos processos de trabalho pela empresa”.

O banco se comprometeu a cumprir o acordo e tratar destes assuntos na mesa

de negociações antes de os mesmos serem divulgados para a imprensa.

FECHAMENTO DE AGÊNCIAS – A Contraf-CUT ressaltou a importância da Caixa para o desenvolvimento do país e sua atuação estratégica no sentido de garantir o acesso aos serviços bancários nos mais diversos municípios brasileiros. Mesmo assim, Pedro Guimarães anunciou que deve ocorrer fechamento de agências. Segundo ele, este assunto também será tratado antecipadamente na mesa de negociações com os empregados, onde serão passadas informações sobre as localidades de fechamento e abertura de agências.

CAIXA É RETIRADA DO CONSELHO CURADOR DO FGTS

O Governo Federal decidiu retirar a Caixa, agente operador do FGTS, do Conselho Curador que administra o fundo. O decreto publicado no último dia 26 também reduziu à metade a participação das entidades da sociedade civil organizada no órgão. Embora, de imediato, a medida não traga mudanças nas regras atuais de uso do FGTS, uma das principais fontes de financiamento habitacional no País, abre-se o debate sobre o impacto que isso pode significar no médio e longo prazo para o futuro da instituição, como uma possível privatização, e das políticas públicas na área. A Caixa perde poder de voto no Conselho para ter como função apenas prestar “suporte técnico” ao colegiado. Isso reforçou especulações de que esse seria um passo para afastar a instituição da gestão do fundo. A Fenae divulgou nota ressaltando que, se a mudança for efetivada, a função social do FGTS ficará comprometida.

DEBATE

UNIDADE E MOBILIZAÇÃO PARA
DERRUBAR A PROPOSTA DA PREVIDÊNCIA

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE

“Não é reforma, é ajuste fiscal. Não se cobra um centavo dos devedores da Previdência, mas quer sacrificar quem mais precisa dela. O que se quer fazer é um desmonte”. A frase foi proferida pelo ex-ministro da Previdência Social, Carlos Gabas na terça-feira, dia 26/3, na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará, quando aconteceu debate abordando a PEC 06/2019, proposta pelo governo Bolsonaro, que vai dificultar o acesso à aposentadoria. O evento contou ainda com a participação do técnico do IBGE e dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela.

Na ocasião, os dois convidados abordaram as diversas crueldades da proposta de Bolsonaro, que é muito pior do que a do golpista Temer, derrotada pela classe trabalhadora após uma jornada de lutas que culminou na maior greve geral da história, realizada em abril de 2017. “A reforma de Temer era contra o trabalhador



e nós fomos para as ruas e derrotamos o Temer. Nossa tarefa é derrotar essa proposta, precisamos esclarecer o que é essa reforma e o quanto ela é prejudicial para todos nós”, completou Gabas.

Já Paulo Barela destacou os prejuízos que essa proposta traz para os trabalhadores, sobretudo mulheres e quem tem aposentadoria especial, como os

professores. Ele destacou ainda que, na PEC 06/2019, está prevista a retirada do benefício do PIS/Pasep para mais de 20 milhões de pessoas, pois a proposta limita o pagamento somente a quem recebe um salário mínimo. “A retirada de remuneração da população aliada às dificuldades de acesso à aposentadoria vai quebrar muitos municípios Brasil a fora”, analisa.



“Para defender a nossa Previdência, avalio que devemos fortalecer uma frente. Temos de nos superar

na capacidade de dialogar, sensibilizar, convencer e mobilizar para derrotar, mais uma vez, essa reforma. É fundamental nossa unidade na luta”

Carlos Eduardo, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará



“Essa proposta de reforma é ainda mais cruel com as mulheres.

O peso que uma mulher carrega numa sociedade machista e capitalista, com jornada dupla e às vezes tripla, é o que

já justifica que ela se aposente com menos tempo de trabalho e contribuição. Essa proposta vai contra essa ideia, coloca todo mundo no mesmo patamar, pois é, além de tudo, uma reforma machista”

Paulo Barela, técnico do IBGE e dirigente nacional da CSP-Conlutas



“Primeiro ponto é que não é reforma, é ajuste fiscal. Segundo lugar, é ajuste fiscal na conta do pobre, do trabalhador. Não tem nenhuma relação com o equilíbrio das contas da Previdência. Se assim

fosse, alguns elementos deveriam estar na mesa como a cobrança dos devedores. A nossa tarefa é derrotar essa proposta, dialogar com a sociedade, com nossos amigos, familiares e mostrar o quanto ela é prejudicial”

Carlos Gabas, ex-ministro da Previdência Social

NEGOCIAÇÃO

BANCO DO BRASIL APRESENTA PROPOSTA FINAL PARA A CASSI

Em reunião realizada na quarta-feira (27/3), no Rio de Janeiro, o Banco do Brasil apresentou proposta final na mesa de negociação da Caixa de Assistência (Cassi) com as entidades representativas dos funcionários da ativa e aposentados. O processo negocial foi retomado no dia 31 de janeiro e, após diversas rodadas com debates e estudos técnicos, o BB apresentou na mesa a proposta que inclui mudanças na governança e no custeio da Cassi por parte do banco e dos associados. Em relação a proposta rejeitada pelo Corpo Social em 2018, o percentual e reajuste vinculados ao salário traz mais segurança aos associados do que o reajuste pela inflação médica previsto na proposta anterior. Além disso, o fato de não ter voto de minerva para questões fundamentais, preserva os direitos dos associados. Wagner Nascimento, coordenador da COE BB, explicou que a Contraf-CUT defende a proposta em função dos avanços conseguidos nas negociações.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

PROPOSTA REJEITADA	PROPOSTA NEGOCIADA
GOVERNANÇA	
Estrutura societária alterada com voto de minerva para o BB e redução do poder dos funcionários	Mantém situação atual. Preserva paridade na governança.
Modificar a estrutura organizacional: 1/3 Mercado de Saúde; 1/3 Indicado pelo Banco e 1/3 Eleito	Manutenção da paridade na governança: 50% Indicado e 50% Eleito
CUSTEIO	
Taxa de Administração de 10% sobre somatório das contribuições patronais e pessoais (ativos até 2021)	Taxa de Administração paga pelo BB, com retroatividade a janeiro de 2019
Contribuição por dependente. VDR com reajuste atuarial	Percentual do salário, reajuste pelo aumento salarial: Ativos: contribuição diminui ou mantém para 86% do público atual; Aposentados: contribuição diminui ou mantém para 84% do público atual
DEMAIS	
Pós-laboral: nos inscritos na Cassi após 01.01.2018 poderão permanecer na Cassi, mediante autoprocínio	Pós-laboral: Os inscritos no Plano de Associados após 01.01.2018 poderão permanecer no Plano mediante autoprocínio considerando-se para tanto as contribuições patronal (teto de 4,5%) mais a contribuição pessoal (teto de 7,5%), totalizando o limite máximo de contribuições de 12%. Ingresso no Plano de Associados mediante adesão.
Não fazia referência	Estratégia Saúde da Família: Compromisso de aprimorar o modelo de Estratégia Saúde da Família, priorizando a atenção primária e preventiva. Tal aprimoramento visa alcançar todos os participantes do Plano de Associados em até quatro anos, a contar da conclusão da implantação dos novos modelos organizacionais e de governança da Cassi



“Após sucessivas rodadas, tivemos um processo negocial onde avançamos para que a proposta atual fosse melhor financeiramente para a grande maioria dos associados e desse mais segurança na governança. Vamos demonstrar nossa responsabilidade com a Cassi e sobretudo com os associados da ativa e aposentados. O nosso indicativo é de aprovação da proposta quando da consulta ao Corpo Social”
José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB

Confira a proposta na íntegra no link:
<https://goo.gl/sBAwt7>

PROPOSTA REJEITADA (ASSOCIADOS)

TITULARES	LIMITE	VRD
4,0%	7,5%	R\$ 342,54

DEPENDENTES (% DO VRD)

ATIVOS				FAIXAS	APOSENTADOS			
Até 3º Dep.		Demais			1º Dep.		Demais	
20%	68,51	2,5%	8,56	Até 5 mil	45%	154,14	2,5%	8,56
25%	85,64	5%	17,13	> 5mil > 15 mil	65%	222,65	5%	17,13
30%	102,76	7,5%	25,69	> 15 mil	85%	291,16	7,5%	25,69

BANCO

Titulares	4,5%	
Dependentes	80%	do VRD sobre os dependentes dos ativos, limitado a 3 p/ titular
Taxa Admin.	10%	sobre somatório das contribuições patronais e pessoais (Ativos até 2021)

PROPOSTA NEGOCIADA (ASSOCIADOS)

TITULARES	MÍNIMO	LIMITE
4,0%	R\$ 120,00	7,5%

DEPENDENTES (% DA RENDA)

ATIVOS	APOSENTADOS	
1,00%	1º Dependente	2,00%
0,50%	2º Dependente	0,50%
0,25%	Demais	0,25%
PISO: R\$ 50,00		TETO: R\$ 300,00

BANCO

Titulares	4,5%	Mínimo	R\$ 135,00
Dependentes	3,0%	da renda dos titulares para cada dependente (limitado a 3 p/titular)	
Taxa Admin.	10%	sobre somatório das contribuições patronais e pessoais (Ativos até 2021)	

BANCO DO BRASIL**SINDICATO REÚNE MAIS CINCO GRUPOS
PARA TRATAR DO ACORDO DO ANUÊNIO DO BB**

Na terça-feira, dia 26/3, o Sindicato dos Bancários do Ceará reuniu funcionários do Banco do Brasil, beneficiários da ação do anuênio para tratar de acordo negociado com o banco. A reunião contemplou cinco grupos, reunindo cerca de 80 pessoas.

O acordo é baseado em proposta apresentada pelo Banco do Brasil, com adesão

individual. Quem não aceitar o acordo, o processo continua na Justiça. A convocação dos grupos não tem previsão, segundo o Departamento Jurídico do Sindicato, mas alerta aos beneficiários que mantenham seu cadastro atualizado junto à entidade.

O QUE POSTULA A AÇÃO: O Sindicato ajuizou ação pedindo o restabelecimento

do pagamento do anuênio (retirado em 1998) e o pagamento das repercussões das diferenças do benefício sobre outras verbas: férias, 13º salário, FGTS, repouso semanal remunerado, licença prêmio, folgas, gratificação de função, adicional noturno, adicional de periculosidade, adicional de transferências, comissões, horas extras e verbas rescisórias.

Governo quer reduzir fatia do Banco do Brasil no crédito agrícola

O governo Jair Bolsonaro se prepara para reduzir a participação do Banco do Brasil no crédito agrícola. Segundo o jornal Valor Econômico, o intuito é diminuir o tamanho do banco público, "abrindo mais espaço para atuação de instituições financeiras privadas e para o mercado de capitais". "Queremos fazer com o BB o que estamos fazendo com o BNDES", disse ao periódico o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Hoje, o Banco do Brasil responde por 60% do crédito agrícola. É responsável por financiar a agricultura familiar por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que responde por 70% da produção de alimento consumido pelos brasileiros, a juros módicos, que variam entre 2,5% e 5,5% ao ano.

Segundo o jornal Valor Econômico, o intuito é diminuir o tamanho do banco público, abrindo mais espaço para a atuação de instituições financeiras privadas e para o mercado de capitais

**BANCO DO BRASIL
É RESPONSÁVEL
POR DO
60% CRÉDITO
AGRÍCOLA**

**RESPONSÁVEL POR
FINANCIAR
A AGRICULTURA
FAMILIAR
QUE RESPONDE POR
70%
DA PRODUÇÃO DE
ALIMENTO CONSUMIDOR
PELOS BRASILEIROS**

Também ouvido pelo jornal, o presidente do BB, Rubem Novaes, que costuma fazer pouco caso da empresa, admite que o banco deve perder participação de mercado. Mas comemora, por outro lado: "a competição é sempre bem-vinda", declarou.

O BANCO DA AGRICULTURA FAMILIAR – A tentativa do governo Bolsonaro de reduzir o papel do BB na agricultura é um atentado à segurança alimentar e ao Brasil. A agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que vão para a mesa

da população. Esta é uma mudança que pode trazer muitos riscos e encarecer drasticamente o preço dos alimentos.

"Além dos prejuízos à sociedade, como o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, para os funcionários do BB isso pode significar novas reestruturações e reduções das áreas dedicadas. Se o governo quer fazer mudanças no BB que abra o debate com participação dos trabalhadores, consumidores e produtores", afirma Bosco Mota, diretor do Sindicato e funcionários do BB.

PRIVADOS

BANQUEIROS ESCANCARAM COBIÇA PELA PREVIDÊNCIA

Apenas nos três primeiros meses de 2019, os presidentes do Itaú, Bradesco e Santander – os três maiores bancos privados do País – reforçaram o lobby em defesa da reforma da Previdência.

Em janeiro, Sérgio Rial, presidente do Santander, afirmou que as novas regras para a aposentadoria devem contribuir para o crescimento sustentado do país nos próximos anos. No mês seguinte, o presidente do Itaú, Cândido Bracher, ponderou que “a dimensão da reforma da Previdência está correta”. Na última semana foi a vez do presidente do Bradesco fazer sua defesa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Em entrevista à Folha de S. Paulo, Lazari disse que “o governo precisa focar absolutamente essa reforma (...) A gente tem que lutar pelo projeto da forma como foi escrito”.

Não é difícil entender por que os banqueiros estão tão empenhados em defender mudanças na aposentadoria. A PEC 6/2019 prevê a adoção de um modelo individual de capitalização, a ser administrado por entidades privadas ou públicas (leia-se bancos), no qual cada trabalhador será responsável por administrar sua poupança individual, e sem aportes patronais. As regras para esse novo regime não estão explicadas no texto enviado ao Congresso Nacional, e serão determinadas por meio de uma futura lei complementar.

Atualmente, a Previdência Social é financiada por contribuições do governo, empresas e trabalhadores. E as aposentadorias, pensões e benefícios de quem está fora do mercado de trabalho são pagas por quem está na ativa. Esse sistema é chamado de regime de repartição tripartite. No regime de capitalização, cada trabalhador receberá de aposentadoria apenas aquilo que conseguiu poupar durante a vida.

Atualmente, quem contribuir 35 anos com o valor mínimo (R\$ 79,84) receberá R\$ 998 (valor do salário mínimo atual e o piso da aposentadoria pública). Em um regime de previdência privada, quem contribuir 35 anos com R\$ 100 receberá R\$ 234,45. O Chile adotou o mesmo sistema de capitalização na década de 1980 e 80% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo (US\$ 424) de benefício, e quase metade (44%) está abaixo da linha da pobreza.



“O tão falado modelo de capitalização deu muito errado no Chile, deixando milhares de idosos desamparados por lá, mas fez a alegria dos bancos que administram os fundos dos trabalhadores a taxas altíssimas. No Brasil, o setor financeiro também está ansioso para entrar nesse negócio que vai enriquecer seus cofres à medida que levará a miséria milhões de brasileiros em um futuro próximo se a nova previdência por aprovada”

Telmo Nunes, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco

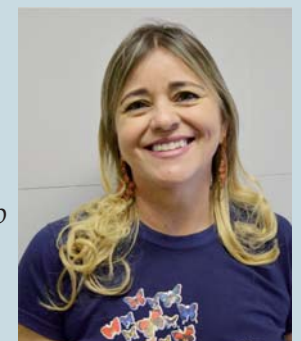


“Lembramos que o presidente do Santander, Sérgio Rial, defende a reforma da previdência que penaliza a população mais carente, mas ele mesmo se aposentou aos 58 anos. Os banqueiros querem lucro a qualquer custo. Nós queremos nosso direito constitucional garantido, amparo na velhice, na invalidez e na perda da capacidade para o trabalho. Queremos trabalho decente para ter condições de contribuir também”

Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

“Nós, trabalhadores, queremos um projeto de sociedade diferente e precisamos lutar por isso. A proposta da reforma da previdência mexe com a estrutura de proteção social conquistada na Constituição de 1988, que coloca como obrigação do governo garantir saúde, aposentadoria e assistência social na doença, invalidez e viuvez, com contribuição de empregados, empregadores e impostos recolhidos do governo.”

Joice Castro, diretora do Sindicato e funcionária do Itaú



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DISCUTE ESTRATÉGIAS PARA DEFESA DO BNB**

No próximo dia 5 de abril (sexta-feira), na Assembleia Legislativa do Ceará, a partir das 9h, acontece uma audiência pública com o objetivo de debater e traçar estratégias para a defesa do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O evento parte de um requerimento do gabinete do deputado estadual Danniell Oliveira (MDB) e a ideia nasceu de um encontro entre o Sindicato dos Bancários do Ceará e vários deputados cearenses no último dia 20/3.

A intenção é aglutinar Assembleias Legislativas de todos os estados nordestinos onde o BNB atua, mais Minas Gerais, culminando com Audiência Pública no Congresso Nacional. O evento na AL/CE reunirá a bancada de deputados cearenses, lideranças de entidades como Fetraece, FIEC, FAEC, CDL e de entidades mais diretamente ligadas aos trabalhadores em geral como: Centrais Sindicais (CUT, CTB, Conlutas, Intersindical), Contraf, Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB) e associações de funcionários da ativa (AFBNB) e Aposentados (AABNB).

O BNB teve um lucro líquido de R\$



725,5 milhões em 2018, 1,3% maior do que o lucro líquido de 2017. Os ativos do Banco cresceram 8%, chegando a R\$ 58,6 bilhões, nos quais se incluem recursos disponíveis do FNE. O patrimônio líquido atingiu R\$ 4,2

bilhões, com alta de 11,5%. Foram abertos 80 novos postos de trabalho, encerrando dezembro com 7.005 funcionários. O número de agências permaneceu o mesmo (292), porém, foram abertas 214 novas unidades de microcrédito. Esses números só ressaltam a forte atuação do Banco no âmbito social e no desenvolvimento da região, destacando sua importância fundamental para a população nordestina.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA – Na última sexta-feira, dia 29/3, em um encontro de presidentes de assembleias legislativas dos nove estados da Nordeste (3º ParlaNordeste), em São Luís, na Assembleia Legislativa do Maranhão (AL-MA), o tema Defesa do BNB também esteve em pauta. O objetivo foi definir a articulação de uma frente parlamentar que contraponha interesses do Planalto considerados prejudiciais à região, como a fusão do BNB ao BNDES. A comitiva cearense esteve representada pelo presidente do AL/CE, José Sarto (PDT), e pelos deputados Danniell Oliveira (MDB), Acrísio Sena (PT) e Walter Cavalcante (MDB).

Taxa de conveniência é ilegal

O STJ decidiu dia 12/3 que a cobrança de taxa de conveniência nas vendas de ingressos para shows e eventos pela internet é ilegal. Segundo a decisão, que vale para todo o Brasil, a cobrança do valor representa venda casada, o que é proibido pela legislação. A decisão foi unânime entre os ministros. A cobrança é praxe em sites especializados em vendas de ingressos e empresas terceirizadas e pode chegar a 15% do valor das entradas. Ainda cabe recurso à decisão.

Sucateamento dos Correios

O processo de reestruturação em andamento nos Correios, que completou 50 anos, pode levar a uma redução equivalente a 20 mil vagas. A meta é chegar a 85 mil funcionários. Hoje são 105 mil. Haverá também fechamento de agências. Funcionários que seguirem com posição indefinida terão acesso a uma nova etapa de um plano de demissão incentivada. Cerca de 7.000 empregados já aderiram a programas desse tipo nos últimos anos. A privatização de estatais está entre as prioridades da equipe econômica de Bolsonaro. Entretanto, o presidente dos Correios, Juarez Cunha, diz não ter sido procurado pelo governo para tratar do assunto.

Divórcio imediato

A Câmara dos Deputados aprovou dia 27/3 um projeto de lei que permite à vítima de violência doméstica solicitar ao juiz a decretação imediata do divórcio ou do rompimento da união estável. A matéria segue para apreciação do Senado. O texto aprovado prevê a necessidade de a vítima ser informada sobre o direito de pedir imediatamente o divórcio e a possibilidade de o juiz decidir sobre esse divórcio sem tratar da partilha de bens, que poderá ser feita posteriormente.